

Ética Pública

Sogro atuar em ministério é compreensível, diz comissão

Colegiado arquiva investigação sobre Juscelino Filho; pai de sua mulher despachou na pasta mesmo sem ter cargo público

JULIA AFFONSO
VINÍCIUS VALFRE
BRASÍLIA

A Comissão de Ética Pública da Presidência da República arquivou, em decisão unânime, a investigação sobre o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, que permitiu que seu so-

gro, mesmo sem ter cargo ou função pública, despachasse de seu gabinete no ministério, nos primeiros meses do governo Lula. Juscelino Filho alegou que o empresário Fernando Fialho é “detentor de reconhecida experiência profissional na administração pública” e colaborou “com um retrato sobre a situação da pasta”.

A presença do empresário na pasta, inclusive cumprindo agendas sem que estivesse nomeado, foi revelada pelo Estadão e resultou na abertura de um processo na Comissão de Ética. Para especialistas ouvidos pela reportagem, a falta de

independência da comissão acaba servindo para chancelar decisões do governo.

‘DIFICULDADES’. Ao votar pelo arquivamento no colegiado, o relator, Bruno Espíñeira Lemos, afirmou que o primeiro ano do governo Lula “foi marcado pela criação de nova estrutura administrativa na Esplanada”. Por isso, alegou que “há de se entender as dificuldades que todas as pastas enfrentaram no período”.

“É compreensível que o interessado José Juscelino dos Santos Rezende Filho, ao assumir tão importante pasta, tenha

procurado cercar-se de pessoas que conhecessem os meandros da administração pública”, disse o conselheiro.

Doutor em Direito pela USP e presidente do Instituto Não Aceito Corrupção, o procurador de Justiça de São Paulo Roberto Livianu avaliou que a Comissão de Ética não tem a independência necessária para cumprir seu papel e, por isso, acaba chancelando interesses do governo. “Os membros são indicados pela Presidência e podem ser ‘desindicados’. Na prática, é uma comissão de chancela dos interesses governamentais”, afirmou.

Para o professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito do Mackenzie Antonio Cecilio Moreira Pires, a reestruturação de órgãos públicos durante a transição do governo não justifica a atuação de quem não é nomeado dentro de um ministério. ●

Câmara sorteia novos nomes para processo de Brazão em conselho

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados sorteou uma nova lista tríplice de possíveis relatores do processo de cassação do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), apontado pela Polícia Federal como um dos mandantes da execução da vereadora Marielle Franco, em 2018.

O procedimento foi necessário após a desistência dos três deputados pré-selecionados pelo conselho na semana passada. Os novos nomes são de Jack Rocha (PT-ES), Rosângela Reis (PL-MG) e Joseildo Ramos (PT-BA). Brazão teve a prisão preventiva avaliada pela Câmara. ● JULIANO GALISI



LEILÃO DE MATERIAIS

**10/05
ONLINE
15H00**

DIVERSAS OPORTUNIDADES EM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS



COLHEITADEIRA DEBULHA HIDRIDA



CARRETINHA BASCULANTE



PLANTADEIRA SPE TOPLINE 4500 SPEED



TRATOR CORTADOR, RECOLHE E DESCARREGA



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aposte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.



SODRÉ SANTORO
45 anos

Caroline Lauro Sodré Santoro, Leiloeira Oficial JUCESP nº 758

Ex-presidente da Fundação Palmares

CGU pune Sérgio Camargo por assédio moral

A Controladoria-Geral da União (CGU) aplicou ontem uma sanção disciplinar a Sérgio Nascimento de Camargo,

presidente da Fundação Cultural Palmares na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Camargo foi punido com

a “destituição de cargo comissionado” e, na prática, fica impedido de ocupar cargos de comissão por oito anos.

A decisão foi publicada no *Diário Oficial da União*. O Estadão contactou Camargo, mas ele não havia respondido até a noite de ontem. A sanção resulta de um processo administrativo disciplinar instaurado para apurar se Camargo praticou

assédio moral no período em que presidiu a fundação. As investigações constataram que ele dirigia “tratamento sem urbanidade” aos colaboradores e promovia demissões de funcionários terceirizados “por motivos ideológicos”. ● J.G.